

AGRONEGÓCIO E CAMPESINATO: os territórios de luta e resistência na região do Baixo Jaguaribe (Ceará)

Maria Lucenir Jerônimo Chaves¹

Aline de Sousa Maia²

João Rameres Regis³

Resumo

A difusão do modelo de agronegócio dá-se de forma social e espacialmente excludentes, promovendo conflitos com os camponeses em todo o Brasil, processo que vem deixando fortes marcas na região do Baixo Jaguaribe, Ceará. Neste artigo, busca-se mostrar como esse modelo chega à região a partir da produção de frutas para exportação sob o comando de empresas de grande porte, o que levou famílias camponesas a se inserir em diferentes frentes de luta seja para ter o direito à terra a elas destinada para produzir nas áreas de perímetros de irrigação, seja para permanecer nos seus territórios, ou melhor, na terra que o agronegócio almeja, gerando assim uma forte resistência por parte das comunidades camponesas na região.

Palavras-chave: Agronegócio, Camponeses, Conflitos.

Introdução

O modelo de desenvolvimento que chega ao campo brasileiro patrocinado pelo Estado se materializa de forma social e espacialmente excludentes, promovendo o acirramento das desigualdades já existentes e gerando novos conflitos socioterritoriais. Na perspectiva de Oliveira (2007), o desenvolvimento do capitalismo no campo sucede de forma contraditória e combinada. Significa que mesmo ocorrendo uma reestruturação no sistema produtivo e na vida social, o agronegócio não substitui a agricultura familiar camponesa, mas superpõe-se a partir de uma relação contraditória e conflituosa.

Na região do Baixo Jaguaribe⁴, leste do Ceará, o agronegócio vem se apropriando de terras antes ocupadas por famílias camponesas, desencadeando assim um confronto dessas famílias com agentes muito poderosos, com destaque para o Estado e as empresas agrícolas

¹ Universidade Estadual do Ceará – Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (UECE/FAFIDAM). Pesquisadora do NATERRA - Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território (UECE/CNPq). E-mail: lucenir.chaves@uece.br

² Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte/CE. Pesquisadora do NATERRA – Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território (UECE/CNPq). E-mail: alinemaiageo@gmail.com

³ Universidade Estadual do Ceará – Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (UECE/FAFIDAM). Pesquisador do NATERRA - Grupo de Pesquisa e Articulação Campo, Terra e Território (UECE/CNPq). E-mail: joao.rameres@uece.br

⁴ Compreende os municípios de: Ibicuitinga, Morada Nova, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, São João do Jaguaribe, Alto Santo, Russas, Quixeré, Palhano, Jaguaruana (IBGE, 2002).

nacionais e multinacionais. Diante desse contexto, nosso propósito com este artigo é mostrar como o modelo do agronegócio se instalou na região do Baixo Jaguaribe e de que forma vem impactando as comunidades camponesas.

O agronegócio abrange relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas) entre os setores agropecuário e industrial. Esse modelo fortaleceu-se com o processo de industrialização da agricultura que teve como base de sustentação a “Revolução Verde”⁵, que foi concebida como um pacote tecnológico – insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra – conjugada ao disfuncionismo tecnológico e a uma base ideológica de valorização do progresso (PEREIRA, 2012, p. 687). Isso mostra o quanto o agronegócio possui uma estrutura complexa que compreende a integração entre agricultura, indústria, conhecimentos e comercialização direta da produção, principalmente para a exportação.

Isso fez com que aumentassem as possibilidades de expansão do agronegócio em lugares com diferentes vantagens naturais e locais nos territórios que compunham o “exército de lugares de reserva” (SANTOS, 1996), a exemplo dos vales úmidos do semiárido e dos cerrados do Nordeste brasileiro (ELIAS, 2011). Para atender as exigências das empresas, esses lugares foram dotados de verdadeiras redes técnicas e de novos papéis a serem desempenhados pelo Estado, objetivando dotar o espaço agrícola brasileiro de maior fluidez. Isso induz uma atividade agropecuária intensa em capital, tecnologia e informação, revelando o dinamismo da produção através do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1999).

Enquanto o agronegócio se desenvolve em grandes áreas produzindo a monocultura voltada à exportação, utilizando de um avançado aparato tecnológico e consumindo uma variedade de produtos da indústria agroquímica, o campesinato ocupa pequenas áreas de produção diversificada (policultura) com base no trabalho de base familiar (BEDUN, 2012). A agricultura camponesa não é adepta do produtivismo, ou seja, produzir uma única cultura e com exclusividade para o mercado e nem se utiliza predominantemente de insumos produzidos no âmbito da Revolução Verde. Seu potencial de produção de alimentos está na diversidade, no uso múltiplo dos recursos naturais, de técnicas e de insumos químicos que não venham ocasionar tanta agressão à natureza e ao homem.

⁵ Esse movimento foi observado por Vandana Shiva, que identificou a existência de um pacote tecnológico que tinha uma função econômica, política e ideológica vendida com sob o nome de Revolução Verde (MENDONÇA, 2013).

Os camponeses devem ser entendidos como sujeitos históricos, que se reproduzem por meio da luta e resistência travada na luta, contra o Estado e as empresas, pela chamada “terra de trabalho” (MARTINS, 1980). O campesinato é uma classe que além das relações sociais em que está envolvida, tem o trunfo do território (FERNANDES, 2008). Ainda segundo o autor, o território do campesinato e do agronegócio são distintos, possuem relações sociais diferentes e modelos divergentes, estando em constante disputa para a territorialização de suas relações.

Um fato marcante na área de expansão do agronegócio refere-se à expulsão/expropriação de comunidades tradicionais. Segundo Raffestin (1993, p. 94), “as empresas multinacionais são responsáveis pela mobilidade da população, podendo causar diversas consequências em determinadas regiões, inclusive a *desterritorialização*”. Nessas áreas, ainda apoiada pelo autor, não há uma territorialidade da unidade de produção, mas somente a localização temporária que explora vantagens, como mão-de-obra barata e incentivos fiscais do governo.

Diante do exposto, o procedimento metodológico adotado para a construção desse artigo constitui no levantamento de dados e informações coletados na bibliografia acadêmica e trabalho de campo. As pesquisas em andamento permitem identificar o que vêm ocorrendo com as comunidades camponesas frente ao avanço do agronegócio da fruticultura na Chapada do Apodi, em Limoeiro do Norte, e no Tabuleiros de Russas, em Russas, ambas cidades da região do Baixo Jaguaribe. Iremos destacar comunidades camponesas nas quais suas famílias passam por um processo de expropriação com a implantação do Perímetro de Irrigação Tabuleiro de Russas e de resistência de famílias que reagiram ao trabalho assalariado das empresas e a falta de terra para trabalhar, o que resultou no Acampamento Zé Maria do Tomé, na Chapada do Apodi. Destacamos ainda que a reflexão que trazemos é fruto de trabalhos em andamento realizado pelos autores sobre a temática “Agronegócio e Campesinato” e pela militância política na região.

A expansão do agronegócio na região do Baixo Jaguaribe

Atualmente, o entendimento da questão agrária na região do Baixo Jaguaribe passa pela discussão da relação entre o agronegócio e campesinato. O enfrentamento entre campesinato e as formas de manifestação do capitalismo no campo é uma característica que marca a mencionada região. No confronto entre camponeses e empresários agrícolas são

geradas um conjunto de ações assentadas no território que se erguem como parte das estratégias de existência, resistência e expansão de ambos os modelos de desenvolvimento (ROOS, 2012).

As frutas na região supracitada eram produzidas nas áreas de vazantes e por meio da irrigação via cata-vento, passando a ser realizada por meio do gasogênio⁶, sendo substituído pelo motor a óleo diesel. Com o advento de políticas públicas de fortalecimento da agricultura irrigada, iniciados na década de 1970, passou a ser produzida em outros suportes técnicos com a implantação de importantes infraestruturas hídricas e novas técnicas de irrigação, libertando aqueles que possuem acesso à água da dependência da agricultura de sequeiro e substituindo gradativamente os camponeses que produziam frutas para seu consumo familiar e para o mercado regional pelas empresas agrícolas comprometidas com os mercados nacional e internacional.

A política pública de irrigação e de linhas de créditos viabilizaram a instalação de perímetros públicos de irrigação nos anos de 1970 nos municípios de Morada Nova (Perímetro Irrigado de Morada Nova - PIMN) e de Jaguaruana (Perímetro Irrigado de Morada Nova), para os quais fez-se necessário a criação de objetos técnicos associados à irrigação (canais, barragens, eletrificação) e a ampliação do serviço de assistência técnica. No final da década 1980, foi a vez da construção do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (1989), na Chapada do Apodi. Já no ano de 2004 começou a funcionar o Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas, contando com presença de grandes empresas que lá passaram a se instalar. Coube ao Estado a responsabilidade com as obras coletivas (canais, rede elétrica e outras), e ao cargo do setor privado as atividades produtivas e a gerência dos perímetros.

A gestão dos perímetros não mais acontece centralizada somente nas mãos da figura paternalista do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), passando a contar com a participação dos produtores e empresas do agronegócio da fruticultura. No caso do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, houve um favorecimento para as empresas expandirem suas áreas produtivas e ganharem mais força na administração associado ao contexto de endividamento que os pequenos produtores submeteram junto aos bancos, levando-os a venderem sua terra para as mesmas. Não resta dúvida, que o modelo de gestão vigente acabou beneficiando as empresas que têm maior capacidade de mobilizar recursos financeiros e de pressão junto ao governo do Estado.

⁶ Aparelho que transforma, por oxidação incompleta, o carvão ou a madeira em gás pobre, empregado nos motores de explosão como substituto da gasolina (DICIONÁRIO AURÉLIO, 1988).

O modelo do agronegócio além de concentrador de terras, de exigir uma racionalidade técnica, de redirecionar as políticas públicas para o rural, expulsa e atrai pequenos produtores familiares sem-terra para o campo. Sem esquecer a necessidade que tem da existência das relações capitalistas de produção, o assalariamento. Os produtores citados que trabalhavam em regime de parceria, de meeiro, tidas como relações de trabalho não capitalista de produção passam agora a vender sua força de trabalho em função de um salário para sobreviverem, surgindo assim, um mercado de trabalho formal na região do Baixo Jaguaribe, como salientam Elias (2011) e Bezerra (2008).

A presença de famílias nas áreas de produção de frutas para exportação é um dos elementos que nos ajuda a entender mudanças na dinâmica da população rural. Vale ressaltar a existência de um movimento que ocorre nos municípios de Limoeiro do Norte e de Quixeré, onde a presença das empresas expulsa famílias do campo para a periferia das cidades daqueles municípios, como ressaltado por Chaves (2016) e Freitas (2010). Por outro lado, as empresas também atraem famílias sem-terra do campo e da periferia dos municípios do Baixo Jaguaribe e de fora dessa região para as áreas agrícolas modernas de Limoeiro do Norte e de Quixeré, segundo demonstrado por Chaves (2016). São essas famílias que atualmente moram nas comunidades circunvizinhas às fazendas agrícolas e que estão em luta para continuar nos seus antigos territórios e para conquistar novos territórios, o que significa dizer que lutam pelo direito à terra para garantir uma vida mais digna no campo.

Assim, nota-se que tanto na Chapada do Apodi quanto na área do Tabuleiro de Russas, onde predominava a agricultura familiar, seja nas pequenas propriedades, seja nas terras de grandes proprietários, desenvolvidas pelos camponeses e que ainda complementavam a renda com a extração de lenha e a criação de animais (pequenos rebanhos de bovino, suíno, caprino, ovinos), passou por uma rápida mudança na paisagem, resultante de um novo modelo de produção que impôs novas relações sociais de produção e o completo desaparecimento de algumas comunidades rurais.

A luta e resistência dos camponeses

A implantação dos perímetros na região do Baixo Jaguaribe, desde o início, ocorreu permeada de muitos conflitos territoriais, relacionados à expropriação das comunidades e à negação ao direito à terra de trabalho e a água para consumo e produção. No campo, as relações

sociais se materializam e se reproduzem, produzindo espaços e territórios em movimentos desiguais, contraditórios e conflitivos. De acordo com Bezerra (2012, p. 336), a “violência não se dá apenas pela ocorrência de crimes e mortes, mas também, há a violência permeada pelas diversas formas de exclusão social perpetradas por diferentes agentes”.

Na mencionada região, os camponeses se organizam e lutam para contestar ao modelo do agronegócio, atuando principalmente pela: negação do latifúndio, da agricultura de mercado, da água enquanto mercadoria, da apropriação privada das infraestruturas públicas de viabilização da agricultura irrigada, da assistência técnica ineficiente e da precarização do trabalho a que são submetidos os trabalhadores do agronegócio, como ressalta Bezerra (2012). E ainda acrescentamos a luta contra o uso dos agrotóxicos que contamina as águas superficiais e subterrâneas e a apropriação que as empresas agrícolas vêm fazendo das águas subterrâneas do Aquífero Jandaíra. Os agrotóxicos ainda causam doenças às famílias que residem junto às fazendas, conforme mostram os estudos de Rigotto (2011) e as denúncias da comunidade e movimentos sociais.

No que se refere à implantação do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas, suas obras se dividiram em duas etapas. A primeira efetivada no final dos anos 1980, abrangendo uma vasta área de terra onde se localizavam 23 comunidades. A segunda etapa teve início por volta do ano de 2003, com novas desapropriações e um maior volume de investimentos com a chegada de grandes empresas do agronegócio, conforme demonstram Maia (2016) e Silva (2016). De acordo com as autoras, na primeira etapa do perímetro foram desapropriadas as seguintes comunidades: Lagoa Salgada, Massapê de Fora, Massapê de Dentro, Lagoa da Várzea, Sussuarana, Paraíba, Povoado do Marí, Canafístula de Baixo, Baixio dos Azuis, Sítio Córrego, Córrego dos Estácios, Germana, Açude dos Venâncios, Córrego Salgado, Tanquinhos, Lagoa da Roça, Umari, Iracema, Capece, Liberdade, Baixio Verde e Lagoinha, e na segunda etapa foram atingidas as comunidades de Bananeiras, Barbatão, Junco, Lagoa dos Cavalos, Sussuarana, Santa Terezinha, Cipó e Peixe.

Quanto às consequências geradas às comunidades de camponeses, os exemplos de Bananeiras e Lagoa dos Cavalos, entre outras, são bem ilustrativos. Conforme Silva (2016), em Bananeiras moravam 40 famílias que viviam da pecuária extensiva e da agricultura de sequeiro (milho, feijão, mandioca), produzindo em regime de trabalho familiar. No verão, devido à falta de chuvas, a principal fonte de renda era a colheita da castanha do caju. O avanço da área produtiva do perímetro irrigado Tabuleiro de Russas significou o desaparecimento completo da

comunidade, incluindo lugares de moradia, trabalho, sociabilidade e identidade das famílias. Os depoimentos de moradores de Bananeiras, apresentados por Silva (2016), revelam a realidade que as famílias se encontram:

“agricultura, hoje quase nada, né? Que as terras que a gente tinha para trabalhar em agricultura, eles tomaram tudo, só sobrou o que não prestava”. (...) “Da agricultura, do criar mesmo e agora nada, não tem mais o que a gente fazer em agricultura, que eles prometeram lote a gente, prometem até hoje, não prometem mais lote pra ninguém” (J.S.M., 2015).

“...nós não temos a terra, nós temos a casa para morar e a terra a gente não tem, tudo parado. Miguel, por exemplo, ele ficou doente, depois ficou com problema de depressão, problema de nervos que ele não tinha e hoje em dia ele tem” (M.F., 2015).

De acordo com Braga (2010) e Maia (2016), a comunidade Lagoa dos Cavalos e outras mais foram informadas em 2007 que suas terras passaram a ser de utilidade pública para viabilizar a expansão da segunda etapa do Perímetro Irrigado Tabuleiros de Russas. Em Lagoa dos Cavalos moravam 49 famílias que já na década de 1980 tinha iniciado um processo de luta para permanecerem na terra sob as ameaças de desapropriação de terra para o supracitado perímetro. Foi a partir desse cenário, como mostra o depoimento de uma liderança da comunidade, citado por Maia (2016), que foram iniciadas as experiências de convivência com o semiárido e de resistência ao projeto irrigado imposto pelo Estado:

[...] nós iniciamos um trabalho aqui em 1986 foi o início do trabalho comunitário na Lagoa dos Cavalos, nós começamos com um grupo de produtores [...] logo em seguida nós criamos também o grupo de jovens começamos um trabalho comunitário [...] tivemos várias conquistas na época: casa de farinha, criação de pequenos animais, equipamentos agrícolas [...] o nosso trabalho não era um trabalho formal. Em 1995 nós criamos a Associação Comunitária Porfírio Nogueira da Costa que tá viva até hoje. E ao longo dessa caminhada nós tivemos muitas conquistas desenvolvendo um trabalho de convivência com o semiárido como: casa de farinha, cisternas de placa, manejo agrosilvopastoril, barragem subterrânea, casa de semente, apicultura também a criação de abelhas que nós temos até hoje [...] (MAIA, 2016, p. 50).

A luta pelo direito à terra no perímetro e pelo não desaparecimento das comunidades proporcionou as famílias camponesas uma experiência que resultou na criação da Comissão de Resistência ao Tabuleiros de Russas. A comissão discutiu estratégias de lutas e de resistência ao modelo do agronegócio implantado no referido perímetro de irrigação materializado na produção de frutas (melão, banana, manga) principalmente para o mercado internacional.

Não diferente, na Chapada do Apodi, onde se encontra o Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi e estão instaladas inúmeras empresas do agronegócio, camponeses estão em luta pelos mesmos motivos: o direito de permanecer nas suas comunidades e de adquirir terras para nela produzir e morar. A luta pela terra tornou-se mais evidente quando o líder camponês Zé Maria foi assassinado em abril de 2010, diante da visibilidade que tiveram suas insatisfações com o agronegócio, denunciando o uso abusivo dos agrotóxicos e a grilagem de terras.

Esse fato intensificou os conflitos que se sucederam em função das questões relacionadas à terra, a água e aos agrotóxicos, o que acabou culminando na ocupação, em maio de 2014, da segunda etapa do Jaguaribe-Apodi, em uma área que o DNOCS deveria ter destinado aos pequenos produtores familiares. Foi nessa área que os camponeses de 31 comunidades rurais do entorno do perímetro, organizados pelo MST e com o apoio de entidades sindicais e da igreja católica, construíram o Acampamento Zé Maria Tomé.

Em julho de 2014 dando continuidade às negociações em curso com o Estado, para assentar 1.080 famílias acampadas, o Ministério da Integração apresentou uma nova proposta, de disponibilizar 1.700 hectares para o assentamento das famílias. Atualmente, a luta se intensificou quando as famílias foram comunicadas sobre a decisão do Juiz Federal da 15ª Vara, subseção de Limoeiro do Norte, que as mesmas deveriam deixar a área ocupada no prazo de 30 dias, a partir do dia 06 de abril de 2017, sob pena de multa diária de mil reais, além do cumprimento forçado da desocupação, se for o caso⁷. Depois dessa data, novas reintegrações de posse vêm sendo agendadas e a luta e resistência das famílias do Acampamento se fortalecendo, que contam com o apoio de Universidades (FAFIDAM, UECE e UFC), do Movimento 21, da Diocese de Limoeiro do Norte, da Rede Cáritas do Ceará, dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e de Servidores Públicos Urbanos do Vale do Jaguaribe.

A conclusão é de que a luta e a resistência continuam

Os autores consideram esse artigo ainda em processo de construção. O que apresentamos resulta da nossa ação a partir da Universidade através dos primeiros trabalhos que realizamos com os nossos alunos da graduação e da militância que estamos fazendo em defesa da permanência do campesinato na região do Baixo Jaguaribe. Esse começo já nos

⁷ Informações que constam no Estudo Propositivo para Criação do Assentamento Irrigado Zé Maria do Tomé no Contexto do Território da Agricultura Familiar Camponês na Chapada do Apodi, 2017.

permite sistematizar as informações levantadas com base na literatura acadêmica e na nossa experiência adquirida no acompanhamento à luta e à resistência dos trabalhadores desterritorializados pelo avanço do modelo do agronegócio.

Num espaço, como adverte Santos (1999), em que o Estado passa a legislar e produzir um território para atender os reclames da acumulação do capital, os camponeses do Baixo Jaguaribe direcionam suas lutas sejam para permanecer nos seus territórios, ter o direito à terra para produzir nos perímetros públicos e criar novos territórios. Para que isso aconteça, lutam bravamente contra o avanço do agronegócio que concentra a terra e a água e que adoce o ambiente e as comunidades camponesas.

A luta e a resistência têm grande significado para as comunidades simbolizadas em conquistas concretas, a exemplo do processo de conquista das terras da segunda etapa do Perímetro Jaguaribe-Apodi, destinadas pela Justiça aos pequenos agricultores do Acampamento José Maria do Tomé, somada à resistência para permanecer na terra de trabalho da comunidade Lagoa dos Cavalos, entre outras. Nesse sentido, os conflitos na região do Baixo Jaguaribe são notórios, seja pelo direito à terra, devido ao uso de agrotóxico, a expropriação das comunidades tradicionais, a apropriação da água, materializando um cenário de injustiça social, e as resistências são inúmeras e vêm conseguindo obter grandes conquistas.

Referências bibliográficas

BEDUN, Maria Rosangela. **Os desafios da agricultura familiar camponesa frente à territorialização do agronegócio**: perspectivas para o município de Tupi Paulista e seu entorno regional. 2012. 136 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, 2012.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **A fruticultura no Nordeste Semiárido**: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho. 2012. 376 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e a nova divisão social e territorial do trabalho agropecuário formal no Nordeste**. 2008. 259 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Setor de Estudo Geografia Humana, Programa de Pós-graduação em Geografia, Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

BRAGA, Lara Queiroz. **Agronegócio cercando agroecologia**: modo de vida e conflito socioambiental em comunidades agrícolas de Tabuleiro de Russas, Ceará. 2010. 182 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

CHAVES, Maria Lucenir Jerônimo. **Agronegócio e urbanização: rede urbana funcional ao agronegócio da fruticultura**. 2016. 247 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2016.

ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2. p. 153-167, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Entrando nos territórios do território. In: FABRINI, João Edmilson; TOMIASI, Eliane Paulino (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, p. 273-202, 2008.

FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. **Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará**. 2010. 181 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Estudo Propositivo para Criação do Assentamento Irrigado Zé Maria do Tomé no Contexto do Território da Agricultura Familiar Camponês na Chapada do Apodi**. Fortaleza, junho de 2017 (mimeo).

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Ceará). **Mapa político administrativo do Ceará**. Fortaleza: IBGE, 2002.

MAIA, Aline de Sousa. **Perímetro Irrigado Tabuleiros de Russas: expropriação e resistência das comunidades camponesas (2007- 2015)**. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Geografia) - Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos/Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, 2016.

MARTINS José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. Petrópolis: Hucitec, 1980.

MEDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira. **Modo capitalista de produção e agricultura: a construção do conceito de agronegócio**. 2013. 214 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Revolução verde. In: CALDART, Roseli Saete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROGOTTO, Raquel. **Agrotóxico, Trabalho e Saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe – CE**. Fortaleza, UFC, 2011.

ROOS, Djoni. A disputa pelo território: agricultura camponesa *versus* agronegócio nos assentamentos do centro-sul paranaense. In: **Anais da XIII Jornada do Trabalho: A irreformalidade do capital e os conflitos territoriais no limiar do século XXI. Os novos desafios da Geografia do Trabalho.** Presidente Prudente, 2012.

SANTOS, Milton **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 3 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, Adriana Lima da. **Perímetro Irrigado Tabuleiros de Russas e as consequências de sua implantação: o caso de Bananeiras (Russas/CE).** 2016. 33 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Geografia) - Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos/Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, 2016.